



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Trabalho e expressões da questão social

GUERAS E TÂNATOS: REFLEXÕES SOBRE AS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” NUMA UNIDADE HOSPITALAR

MARCONES DA SILVA NASCIMENTO ¹

BRENNON KASSIO BERNARDO VIEIRA ²

RESUMO:

Usando uma metáfora para velhice, narra-se a experiência profissional com uma usuária, idosa em situação de vulnerabilidade, destacando o abandono familiar e suas consequências sociais e emocionais. O relato visa sensibilizar sobre a necessidade de políticas públicas e ações concretas para proteger os idosos e garantir seus direitos.

PALAVRAS-CHAVE: velhice, abandono de idoso, política pública

ABSTRACT:

Using a metaphor for old age, the text narrates the professional experience with a vulnerable elderly woman, highlighting family abandonment and its social and emotional consequences. The account aims to raise awareness about the need for public policies and concrete actions to protect the elderly and ensure their rights.

KEYWORDS: Old age, elderly abandonment, public policy

1. INTRODUÇÃO

Gueras não tem um mito próprio na mitologia grega, o que se recupera dessa divindade é a partir dos mitos de seus irmãos *Hipnos* (o deus do sono) e *Tânatos* (o deus da morte).

¹ Universidade Estadual da Paraíba

¹ Centro Universitário de João Pessoa



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O que se sabe é que ele é personificado como o deus da velhice, frequentemente retratado como um homem idoso e enrugado. *Gueras* simboliza o processo natural de envelhecimento e é frequentemente associado à fragilidade do corpo humano conforme envelhecemos, daí sua ligação com seus irmãos *Hipnos* e *Tânatos*, devido ao estado de sonolência e lentidão, além de que a morte está mais cotidianamente presente. Na mitologia, *Gueras* não é retratado como um deus maligno, mas sim como uma força inevitável e necessária na vida humana, lembrando-nos da passagem do tempo e da transitoriedade da vida (Brandão, 1986).

Refletir sobre a velhice é algo muito antigo, que vem do berço de nossa civilização ocidental. Essa premissa dá uma primeira direção na justificativa deste estudo: o relato de uma experiência que marcou o exercício profissional por dois motivos: primeiramente, Maria de Jesus¹ foi o primeiro e o último atendimento num turbulento plantão de sexta-feira, quase fim de semana, secundamente, tendo em vista as estatísticas, ela é apenas um dado. Um número que se reproduz alarmante e cotidianamente². Maria de Jesus foi uma das muitas usuárias³ do SUAS/SUS que lidou ao longo de sete décadas de existência com várias expressões da “questão social”⁴: pauperismo, vinda da zona rural e por ora moradora de área de risco, dependente de terceiros para as necessidades mais básicas (alimentação, higiene, locomoção...), lidando com parentes que faz uso de drogas e é residente na sua mesma moradia (que não é própria), com vínculos familiares fragilizados, abandono e, por fim, a morte.

Esse trabalho se justifica por inúmeros aspectos, seja porque o relato de experiência de uma idosa que foi abandonada pela família é uma narrativa importante para ampliar a conscientização sobre uma demanda social séria e crescente. Seja porque, ao compartilhar a

¹ Nome fictício, com fito de atender o inciso IV do 7º artigo da Lei de proteção de dados que diz: “para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais”.

² Dados do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania comprovam que o abandono de idosos cresceu 855% naquele ano, conforme notícia da GloboNews: Fonte:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/06/19/denuncias-de-abandono-de-idosos-crescem-855percent-em-2023-aponta-ministerio-dos-direitos-humanos.ghtml>. Acessado em 02 de maio de 2024.

³ Entende-se por “usuário” aqui, conforme estabelece a Política Nacional de Assistência Social (PNAS): “Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social” (GALDINO, 2022, p.100-1).

⁴ Questão Social: “[...] no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista” (CIRQUEIRA FILHO, 1982, p. 21 *apud* NETTO, 2011a, p.17).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

história de uma idosa abandonada, quer chamar a atenção para uma realidade muitas vezes negligenciada pela sociedade, pela família e pelo estado. Seja porque, o relato de experiência oferece achados valiosos sobre as causas subjacentes do abandono de idosos, que podem variar desde questões financeiras e familiares até problemas de saúde mental e isolamento social. No fim, essa justifica atende ao intuito de conscientizar o artigo 230 da Constituição Federal (CF) que expressa claramente que *“a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida”* (CF, 1988).

Para facilitar o entendimento da exposição, o trabalho se seccionará nas seguintes seções:

a) Descrição e objetivos da atividade analisada, em que se apontará as escolhas metodológicas para o desenvolvimento deste relato; b) Desenvolvimento da atividade, seção que apresentará o relato em si, amparado em algumas considerações teóricas para melhor compreensão do fenômeno abordado; c) resultados e análise da realidade, seção que constará os instrumentais e técnicas utilizadas no trato desse atendimento; e, por fim, d) considerações finais, local em que se pondera algumas conclusões a respeito do que foi relatado.

2. DESCRIÇÃO E OBJETIVOS DA ATIVIDADE ANALISADA

Este trabalho tem por objetivo geral produzir um relato de experiência que evidencie os desafios enfrentados por idosos em situação de abandono familiar, visando sensibilizar e conscientizar a sociedade sobre a importância de garantir proteção e assistência adequada a essa parcela vulnerável da população. E para facilitar a condução deste propósito, dividir-se-á em três outros específicos, quais sejam: a) descrever a situação socioeconômica e familiar da idosa em situação de vulnerabilidade, destacando as condições de saúde, o contexto familiar e as dificuldades enfrentadas pela família em prover cuidados adequados; b) analisar os impactos físicos, emocionais e sociais do abandono familiar na vida da idosa, considerando a falta de suporte afetivo, material e de saúde, e o contexto de risco pessoal e social vivenciado pela família; e, por fim, c) documentar as etapas do processo de tomada de decisão e encaminhamento da idosa para a rede socioassistencial, incluindo a articulação com órgãos públicos e a busca por acesso aos benefícios eventuais, que são provisões da política de Assistência Social destinadas à

proteção de indivíduos e famílias para o enfrentamento de uma vulnerabilidade social de caráter eventual (PNAS, 2004).

Para operar com esses objetivos, recorrer-se-á a duas metodologias que gozam de credibilidade na comunidade científica: uma para analisar as macrodeterminações que apresenta esse objeto, com a finalidade de elaborar uma “reprodução ideal do seu movimento real” (NETTO, 2011b, p. 53). Aqui, partir-se-á em perspectiva crítica através do materialismo histórico-dialético, que “[...] se caracteriza pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir (pelo movimento do pensamento) as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens em sociedade através da história” (PIRES, 1997, p. 83) para entender as determinações históricas e sociais das expressões da “questão social” deste caso.

Além dela, recorrer-se-á a metodologia oral para compreender as microdeterminações que acompanham essa história. Para contá-la, utilizar-se-á os seguintes instrumentos: entrevistas com a usuária e seus familiares, além de recorrer ao diário de campo com informações obtidas a partir do Prontuário Eletrônico de Paciente (PEP), com a finalidade de recorrer ao histórico da referida que estava abandonada no hospital. Por fim, seguindo o que foi ensinado por Martinelli e Lima (2019, p 113):

Na produção do texto final da pesquisa, o pesquisador também acessa seus mecanismos de interpretação, na análise das estruturas simbólicas e dos procedimentos narrativos (pausas, ênfases, repetições, lacunas, esquecimentos), ainda que seja o mais fiel possível à transformação do texto oral.

Essa afirmação ressalta a importância da sensibilidade interpretativa do pesquisador em Serviço Social durante a produção do texto final da pesquisa, especialmente ao lidar com dados obtidos por meio de entrevistas ou outras formas de comunicação oral. E se justifica porque, ao analisar as estruturas simbólicas e os procedimentos narrativos presentes no texto oral, o pesquisador consegue captar nuances contextuais que podem não estar explícitas na transcrição literal. Isso é fundamental para compreender as experiências, percepções e significados dos participantes da pesquisa. Sem falar que as pausas, ênfases, repetições, lacunas e esquecimentos presentes na comunicação oral podem revelar aspectos importantes da experiência humana, como emoções, conflitos internos, resistências ou áreas de vulnerabilidade. A habilidade do pesquisador em interpretar esses elementos contribui para uma compreensão das expressões da “questão social” em análise.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Consoante, as autoras, embora o objetivo seja ser o mais fiel possível à transformação do texto oral, tem-se que reconhecer que a tradução de uma conversa oral para um texto escrito pode implicar perdas de nuances e contextos. A sensibilidade interpretativa ajuda a minimizar essas perdas, permitindo que o pesquisador capture o mais próximo da essência da mensagem original. Em resumo, a atenção aos mecanismos de interpretação na produção do texto final da pesquisa em Serviço Social poderá garantir uma representação mais autêntica das vozes e experiências dos participantes, enriquecendo assim o conhecimento e as discussões dentro da área.

3. DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE

Conforme já mencionado, numa nota de rodapé da obra “Capitalismo Monopolista e Serviço Social”, Netto (2011a, p.17) resgatou uma definição simples, porém precisa, que Cirqueira Filho (1982, p. 21) atribui a “questão social”⁵: “[...] no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista”. Portanto, entender-se-á que a “questão social” se refere a um conjunto de problemas e desafios enfrentados pela sociedade em relação às condições de vida e trabalho das classes menos privilegiadas. Estes podem incluir pobreza, desemprego, habitação inadequada, acesso limitado a serviços básicos como saúde e educação, entre outros. É oportuno lembrar que a “questão social” não reflete somente o fato de condições de vida e trabalho das classes subalternas. Ela é também a expressão da luta política, da reivindicação do proletariado enquanto classe, que demarca espaço, constitui luta. Por isso, que é perigoso olhar para essa questão de maneira despolitizada, porque neste modo de ser ela é uma ofensiva, é uma estratégia do capital para exercer controle sobre as reivindicações da classe operária.

O “sentido universal do termo” sugere que a “questão social” não é um fenômeno localizado, mas sim algo que está presente em diferentes graus em todas as sociedades que são estruturadas em torno do modo de produção capitalista. Neste sentido se torna clara a afirmação de Netto (2011, p.17, grifos do autor):

⁵ O autor sempre usa aspas para expressar a expressão “questão social” e o faz porque na época havia um debate de uma “nova” questão social, mas ele foi categórico: “[...] inexistente qualquer ‘nova questão social’” (NETTO, 2011, p. 160). Para ele o que há são novas expressões dela. Daí, escrever o termo no singular entre aspas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – *diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da ‘questão social’*; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são *indissociáveis* da dinâmica do capital tornado potência social dominante. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo.

Por isso, a “questão social” abrange uma variedade de problemas que se entrelaçam e afetam diferentes aspectos da vida na sociedade capitalista e eles não desaparecerão sem ela. Estes problemas não se limitam apenas à esfera econômica, mas também têm implicações políticas e sociais, como desigualdade de poder, marginalização social e conflitos de classe. Marx e Engels (2010), alertará que a emergência da classe operária não foi um desenvolvimento suave, mas sim um processo que trouxe consigo uma série de desafios e conflitos para a sociedade em transição para o capitalismo. A ascensão da classe trabalhadora desafiou as estruturas de poder estabelecidas, exigindo mudanças nas políticas econômicas e sociais para lidar com as condições precárias em que viviam os trabalhadores. Os impactos desse fenômeno históricos respingam até hoje nos diversos setores da vida social. Veja.

Na unidade hospitalar, em que se registrou essa experiência, durante o plantão social, chegou uma paciente idosa, cuja situação necessitava de uma intervenção imediata devido à fragilidade dos vínculos familiares e às condições precárias em que se encontrava. A paciente ^{6[OBJ]}, identificou-se que a paciente residia com sua sobrinha, que relatou dificuldades em prover os cuidados necessários à idosa. Foi por meio desse instrumental que se descobriu que ela morava com sua sobrinha, o esposo dela, que é tetraplégico e também requer cuidados e dois filhos, sendo que seu mais novo está numa clínica de reabilitação para tratamento d^{7[OBJ]}. Relatou ainda que para isso ela precisava sair todos os dias para vender “Cariri da Sorte”⁸ para pagar a clínica do seu filho, pois só a aposentadoria da tia, do marido e o Programa Bolsa Família não conseguia pagar todas as despesas básicas que os cuidados de ambos demandavam.

Com um conjunto de informações colhidas, compreendeu-se a complexidade da situação. Além de cuidar da paciente, a sua sobrinha também era responsável pelo cuidado de seu esposo tetraplégico e de um dos seus filhos, que estava em uma clínica de reabilitação devido à

⁶ Na próxima seção, far-se-á uma breve discussão dos instrumentais e técnicas utilizadas nessa demanda.

⁷ No instrumental, foi feita uma pequena observação sobre o estado emocional da entrevistada durante a resposta a esse tema, notando que ela fez pausa, antes retomar o discurso mesmo ainda embargada de emoção.

⁸ Trata-se de um de título de capitalização vendido na Região do Cariri, no Nordeste brasileiro. Isso lembra o que explicou Dardot e Laval (2016, p.16) ao refletir sobre o neoliberalismo que “intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

dependência química. Ou ainda de revelar as dificuldades financeiras enfrentadas pela família, mencionando que precisava vender bilhetes de loteria diariamente para custear o tratamento do filho, conforme o parágrafo anterior, já que o benefício da tia e o Programa Bolsa Família não eram suficientes para cobrir todas as despesas. Ela contou que morava na favela; que sua casa não tinha condições de manter duas pessoas nas condições dela e de seu esposo; que tinha medo de que traficantes aparecessem em sua residência cobrando dívidas de seu filho, chegando inclusive a afirmar que preferiria pagar a clínica, que traficantes; que temia pela vida da tia e de seu marido, que ficou tetraplégico de um tiro que levou quando tentaram matá-lo, mas que escapou; que tinha medo por si também, mas que pelo menos conseguia fugir; que, por fim, não queria se responsabilizar pela morte dela, já fazendo até onde pode.

E continuou seu relato sobre as dificuldades econômicas: a sobrinha informou viver em um ambiente de grande risco pessoal e social, devido a dependência de drogas por parte de seu irmão, que morava nas proximidades. Essa situação gerava preocupações adicionais com a segurança da família e da própria paciente. Bem, o fato é que a paciente foi abandonada no hospital. Na Evolução Social do dia 06 de dezembro de 2023, foi registrado no diário de campo que a paciente se encontrava em alta hospitalar desde o dia 18 de outubro e na sua impossibilidade de ser acolhida, o caso foi encaminhado ao Ministério Público (MP), que determinou que o município ficasse responsável por assegurar um local para acolher a paciente idosa, após a sua desospitalização. Fazendo-se cumprir o artigo 37 da lei 10.741/2003, popularmente conhecido por Estatuto da pessoa Idosa (GALDINO, 2022, p.367): “A pessoa idosa tem direito a moradia digna, no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhado de seus familiares, quando assim o desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada”.

Parar-se-á um pouco o relato para tecer algumas considerações sobre a noção de família e sua responsabilidade com a pessoa idosa. O intuito é trazer algum subsídio teórico para o estudo, já que assim como é “[...] indispensável, em estudo/perícias sociais e seus registros, análise sociais, devidamente fundamentadas, da realidade social dos sujeitos envolvidos nas ações judiciais, de modo a contribuir para o acesso, a promoção e a defesa de seus direitos” (GOIS; OLIVEIRA, 2019, p. 51) neste relato também o é.

As autoras (2019, p. 69) ensinam que no estudo social de famílias “[...] a análise de um conjunto de fatores que não se restringe ao momento atual daquela família”, pois “não raro, as situações vividas pela família no momento presente resultam de questões que vêm se adensando há duas ou três gerações”. Essa afirmação sugere que ao analisar as circunstâncias e desafios



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

enfrentados por uma família, é importante considerar não apenas o momento presente, mas também a história e os contextos que moldaram a situação atual. Isso porque as condições socioeconômicas em que uma família vive podem ser influenciadas por fatores históricos, como acesso desigual a recursos e oportunidades ao longo do tempo.

Elas continuam: “a contextualização social [da família] abrange diferentes aspectos e aqui destacamos dois deles: as determinações da localização socioespacial” e o declínio do patriarcado (GOIS; OLIVEIRA, 2019, p. 69). Em relação ao primeiro aspecto, se refere ao fato de que a posição de uma família na sociedade é fortemente influenciada pelo local onde ela está situada geograficamente e pelas características socioeconômicas desse lugar. Por exemplo, famílias que vivem em áreas urbanas densamente povoadas podem enfrentar desafios diferentes das famílias que vivem em áreas rurais. Questões como acesso a serviços básicos, infraestrutura, oportunidades de emprego, segurança e qualidade de vida são todas afetadas pela localização socioespacial de uma família. Além disso, “[...] emerge, de imediato, o fator econômico e suas implicações na organização de vida das famílias, a começar pelo acesso (ou não) dos adultos ao mercado formal de trabalho e a rendimento” (GOIS; OLIVEIRA, 2019, p. 70).

Ao segundo aspecto, elas ensinam que o patriarcado é um sistema social em que o poder e a autoridade são predominantemente detidos pelos homens. Historicamente, o patriarcado influenciou muitos aspectos da vida familiar, incluindo tomadas de decisão, divisão de trabalho, acesso a recursos e status social. No entanto, ao longo do tempo, houve mudanças significativas nesse sistema, e o declínio do patriarcado se refere a uma diminuição da influência masculina dominante nas estruturas familiares e na sociedade em geral. Isso pode se manifestar de várias maneiras, incluindo uma maior igualdade de gênero nas relações familiares, uma mudança nos papéis de gênero tradicionais, maior participação das mulheres no mercado de trabalho e na esfera pública, e uma maior valorização das contribuições de ambos os sexos para a família e a sociedade.

Voltar-se-á ao relato. A família de Maria de Jesus, como falado anteriormente, é composta por sua sobrinha, o marido dela e seus dois filhos. Na FAS, aplicada dia 20 de novembro daquele ano, consta que Maria de Jesus não tem filhos e conta com o apoio emocional, afetivo e de cuidados da sua família extensa. A sobrinha que a acolheu no seio de sua família, afirma ter afeto pela tia, mas não tem mais condições físicas, econômicas e emocionais de prestar assistência que ela precisa. Acrescentou ainda que ela tem outros irmãos, mas estes também têm uma idade avançada de modo que eles não têm como cuidar dela, visto que eles também necessitam de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

cuidados. A FAS se encerra com a seguinte frase: “a renda mensal da paciente é inferior a um salário-mínimo⁹”.

Levando em consideração que é assegurada a Maria de Jesus o benefício mensal de um salário-mínimo, conforme ordena o artigo 34 do Estatuto da Pessoa Idosa (GALDINO, 2022, p. 367) e que no ano de 2023 o salário era de R\$ 1.302,00¹⁰, resta a seguinte questão: o que aconteceu para que usuária recebesse apenas R\$ 800,00? Aqui tende-se a acreditar que há uma violência patrimonial, a qual consiste em “qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumento de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades” (GALDINO, 2022, p. 425). Ao ser descontado aproximadamente 39% do benefício de Maria de Jesus, se está subtraindo um valor que deveria ser destinado a satisfazer as necessidades individuais dela. Só esse ponto merece um trabalho a parte, porque se está diante de uma violência que passa invisível e que devido sua complexidade e, por não ser, objeto deste estudo, não se abordará aqui.

Gois e Oliveira (2019, p. 94) afirmam que “muitos são os fatores que incidem nos múltiplos modos de ser famílias e nos decorrentes desafios relativos à parentalidade, com suas implicações no que se refere às atribuições pró-convivência e proteção sociais”. Certamente, os múltiplos modos de ser famílias e os desafios relacionados à parentalidade são influenciados por uma série de fatores interligados, que vão desde a estrutura familiar e os papéis de gênero até fatores socioeconômicos, suporte social e valores culturais. Compreender esses fatores é essencial para desenvolver políticas e programas que apoiem as famílias em sua função de criação e proteção das futuras gerações. O Estado, apesar de reconhecer também seu dever em assegurar à pessoa idosa uma série de direitos, na prática deixa a cargo da família enormemente essa obrigação. As autoras, inclusive, alertam: “Enquanto o Estado se retrai na condição de responsável pelo bem-estar de seus cidadãos, a família vê-se obrigada a adensar seu papel de proteção social” (GOIS; OLIVEIRA, 2019, p. 80). Maria de Jesus não só foi escanteada pelo Estado, como também, ao fim da vida, abandonada pela família.

⁹ Em outra data do diário de campo, é afirmado que Maria de Jesus recebia apenas R\$ 800,00.

¹⁰ Informação acessada a partir da fonte:

<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/12/salario-minimo-de-2024-tera-ganho-real-e-crescera-3pp-alem-dos-3-85-da-inflacao#:~:text=A%20pol%C3%ADtica%20de%20valoriza%C3%A7%C3%A3o%20do%20sal%C3%A1rio%20m%C3%ADnimo%20C3%A9%20um%20compromisso.m%C3%ADnimo%20era%20de%20R%24%201.302>. Acesso em: 20 de julho de 2024



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O abandono se insere no âmbito dos maus-tratos, especialmente quando se trata de crianças ou adultos vulneráveis que dependem do cuidado e proteção de outros. O abandono pode resultar na privação das necessidades básicas de uma pessoa, como alimentação adequada, abrigo, cuidados médicos e segurança emocional. Quando alguém é deixado sem supervisão ou apoio, suas necessidades fundamentais podem ser negligenciadas, o que pode ter sérias consequências para sua saúde física, emocional e psicológica. Ademais, o abandono é uma forma de violação dos direitos humanos, incluindo o direito à proteção contra abusos e negligência. Todas as pessoas têm o direito fundamental de viver com dignidade e segurança, e o abandono priva-as desse direito básico.

E o que a CF/88 legisla sobre esse tema? Retornar-se-á ao artigo 37 citado anteriormente, em que diz:

Art. 37. A pessoa idosa tem direito à moradia digna, no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhada de seus familiares, quando assim o desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada.

§ 1º A assistência integral na modalidade de entidade de longa permanência será prestada quando verificada inexistência de grupo familiar, casa-lar, abandono ou carência de recursos financeiros próprios ou da família.

Esse artigo se refere aos direitos da pessoa idosa em relação à moradia e à assistência integral, garantindo que ela tenha condições de viver de forma digna e receber os cuidados necessários, conforme suas preferências e necessidades específicas. O artigo estabelece que a pessoa idosa tem o direito de viver em um ambiente habitacional que seja adequado, seguro e que proporcione dignidade. Isso pode ser no âmbito da família natural (ou seja, com seus familiares biológicos), em uma família substituta (caso não tenha familiares biológicos capazes de prover o cuidado necessário), ou até mesmo de forma independente, caso assim deseje. Além disso, ela também tem o direito de viver em uma instituição pública ou privada, se essa for a sua escolha. Quando não há condições de a pessoa idosa viver com sua família natural ou substituta, ou quando ela se encontra em situação de abandono ou carência de recursos financeiros próprios ou da família, ela tem direito à assistência integral em uma entidade de longa permanência. Essas instituições são designadas para fornecer cuidados adequados às necessidades físicas, emocionais e sociais das pessoas idosas que não podem ser atendidas em outro contexto.

No entanto, nem sempre o que está na lei é o que de fato ocorre. E os motivos que impossibilitam a realização da lei são muitos e de variados aspectos. Maria de Jesus, por exemplo, entrou no hospital na segunda semana de outubro. Na terceira, teve alta. Morreu



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

negligenciada no hospital meses depois. A lei foi aplicada? Não. Ao menos, não em sua integridade. Já que o artigo 50, por exemplo, foi cumprido: “Art. 50. Constituem obrigações das entidades de atendimento: [...] XVI – comunicar ao Ministério Público, para as providências cabíveis, a situação de abandono moral ou material por parte dos familiares”. Lembrar-se-á, leitor, de que foi encaminhado em 19 de outubro daquele ano um documento comunicando MP da situação ora relatada.

Maria de Jesus morreu em meados de dezembro do ano passado na unidade hospitalar em que deu entrada meses antes. Ela passou meses sendo exposta aos agentes infecciosos que circulam no hospital mesmo quando não tinha mais necessidade de estar lá. A família, representada pela sobrinha, que era quem prestava a assistência até o momento em que a paciente dá entrada no hospital, a negligenciou – e aqui não se julgar os motivos que a levaram a isso, antes o intuito é recorrer a este fato. O Estado – representado em suas várias instituições: hospital, MP etc. – fez a parte que lhe coube. E nada disso foi suficiente para evitar que ela morresse da forma acima descrita.

4. RESULTADOS E ANÁLISE DA REALIDADE

O último atendimento que foi feito, conforme dito na introdução, naquela sexta-feira foi o da usuária Maria de Jesus. Neste caso, após a comunicação do óbito, entrou em contato com a sobrinha (que nunca era fácil de se comunicar com ela). Foram necessárias algumas tentativas até conseguir, por fim, que viesse até a unidade hospitalar munida de toda a documentação necessária dela e de sua tia. Assim feito, comunicado o óbito pelo profissional responsável, com ajuda das informações que se tinha, foi preparado um relatório social de Maria de Jesus e um encaminhamento para o setor de Benefícios Eventuais da Secretaria do Trabalho e Assistência Social do município, essa documentação foi entregue a sobrinha, além de dada orientações de como ela requereria o benefício eventual por situação de morte. O dia 15 de dezembro daquele ano não foi nada comum, mas retomar-se-á esse ponto na próxima seção. Por ora, ponderar-se-á alguns conceitos mencionados aqui, que ajudaram a operacionalizar esses atendimentos.

Retornar-se-á as reflexões teóricas. Em 2017, Trindade publica um capítulo intitulado “Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais”, que tem por objetivo propor uma reflexão do arsenal de instrumentais utilizados



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

por nós, assistentes sociais, de maneira histórica e teórica sem reduzir o tratamento do tema a um conjunto de aplicações técnicas padronizáveis. Adotar-se-á esse ponto de vista aqui também não para descrever o conjunto de instrumentais que foi utilizado nessa situação, mas sim tentar entender como esses instrumentais possibilitaram intervir na demanda da usuária Maria de Jesus.

A autora esclarece logo no início de sua exposição o que ela considera “ações profissionais”, isto é, “[...] as atribuições que viabilizam as respostas dos profissionais às requisições colocadas pelas demandas institucionais, como parte da prestação de serviços sociais” (TRINDADE, 2017, p. 78). O diabo mora nos detalhes! Conforme o dito popular. Ao considerar as ações profissionais como “parte da prestação de serviços”, Trindade reconhece todo um processo que vai além da ação. De fato, para produzir a documentação necessária ao exercício da profissão, é preciso o aspecto *teórico* e este não se constrói num atendimento ao usuário, por exemplo, ele não se constrói no ato da ação profissional, mas antes em processos de estudo constante para o desenvolvimento da totalidade do exercício profissional, formado por três dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. O assistente social precisa passar por uma graduação, atualizar-se constantemente sobre as formas de expressão da “questão social”, sobre a elaboração de documentos, sobre metodologia para ofertar uma atuação eficaz, enfim, faz-se necessário um conjunto de outras ações para que se possa ofertar *ações profissionais* de qualidade ao usuário.

Para tais ações, continua a autora, no ato de sua execução, são utilizados instrumentos e procedimentos interventivos, “[...] materializando a dimensão técnico-operativa do Serviço Social” (TRINDADE, 2017, p. 78). No texto, ela as separa em quatro grupos: de *caráter individual*, que são destinados a trabalhar com indivíduos em uma base individual, oferecendo assistência personalizada para atender às necessidades específicas da demanda. Isso pode incluir entrevistas individuais, avaliações de necessidades, planejamento de intervenções personalizadas e acompanhamento contínuo do progresso do usuário; de *caráter coletivo*, que são voltados para intervenções em grupos de pessoas que compartilham de uma mesma situação, demanda ou contexto social. Isso pode envolver a realização de grupos de apoio, palestras educativas, campanhas de conscientização e mobilização comunitária para instigar a promoção de mudanças sociais e melhorar as condições de vida de uma determinada comunidade; de *caráter administrativo-organizacional*, que são empregados para gerenciar e organizar os serviços sociais, facilitando a coordenação entre diferentes instituições e profissionais envolvidos na prestação de serviços. Isso pode incluir a elaboração de políticas, planejamento estratégico, gestão de recursos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

humanos/materiais e desenvolvimento de parcerias interinstitucionais; de *formação profissional, de capacitação e de pesquisa*, que são destinados a promover o desenvolvimento profissional dos assistentes sociais, capacitando-os para enfrentar os desafios complexos do campo de trabalho. Isso pode envolver programas de treinamento, cursos de capacitação, supervisão profissional, pesquisa acadêmica e análise crítica das práticas profissionais para aprimorar a qualidade dos serviços sociais oferecidos (TRINDADE, 2017).

Iniciou-se a seção falando do último atendido. Este se deu num *Plantão Social*, isto é, uma ação de caráter individual, estruturada num espaço sócio-ocupacional da instituição hospitalar para atender à demanda espontânea, com assistentes sociais disponíveis em um determinado horário para atendimento (TRINDADE, 2017). Um plantão social, realizado por assistentes sociais, desempenha um papel importante na prestação de serviços de assistência social e na viabilização de promoção do bem-estar das pessoas em situações de emergência ou crise pois é uma ferramenta essencial no suporte imediato, no acolhimento, na orientação e no encaminhamento de pessoas em emergências ou crise. Na seção anterior, relatamos uma demanda que me chegou num Plantão Social.

O Prontuário Eletrônico do Paciente é uma tecnologia utilizada para registrar e armazenar informações de pacientes. O histórico clínico, dados sobre consultas, resultados de exames e condutas e tratamentos adotados ficam nessa versão digital do conhecido prontuário médico. Quanto ao conteúdo, o Conselho Federal de Medicina (CFM) orienta que o prontuário eletrônico pode conter: a) identificação do paciente; b) evolução médica, de enfermagem e de outros profissionais; c) exames laboratoriais, radiológicos, entre outros; d) raciocínio médico; e) hipóteses diagnósticas; f) condutas terapêuticas; g) prescrições médicas; h) descrições cirúrgicas e fichas anestésicas; i) resumos de alta, entre outras informações (CERTIFICADO DIGITAL¹¹, 2024). O PEP é uma ferramenta para acessar, gerenciar e compartilhar informações relevantes, melhorando assim a eficiência, a comunicação e a qualidade dos serviços prestados aos pacientes da instituição hospitalar. Ele é preenchido por uma equipe multiprofissional que acompanha cada paciente da instituição. Através dessa ferramenta, se pode atender a demanda gerada no último atendimento do dia 15 de dezembro, pois como seria necessário elaborar um

¹¹ Fonte:

<https://serasa.certificadodigital.com.br/blog/prontuario-eletronico-do-pacienteprep/prontuario-eletronico-entenda-como-funciona/#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20o%20prontu%C3%A1rio.digital%20do%20conhecido%20prontu%C3%A1rio%20m%C3%A9dico>. Acessado em 03 de maio de 24.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

relatório da usuária, naquele dia só foi feito, porque o PEP deu todas as informações necessárias para resolução dessa demanda.

Através dele, naquela data, acessou a Ficha de Avaliação Social (FAS) da demandada, instrumento de caráter individual, já que a FAS deve conter “[...] informações como: nome, data de nascimento, sexo, documento de identidade, escolaridade, profissão, atividade ocupacional, situação de trabalho, tipo de filiação à previdência social, estado civil, condições de moradia, acesso a serviços, composição familiar, participação social” (TRINDADE, 2017, p. 82). Afirmar-se-á que *deve conter* porque nem sempre todas essas informações constam nessas fichas, isso demonstra o qual importante é a dimensão formativa da profissão, porque, se um/a assistente social não sabe dessas informações, o seu registro sobre o usuário se torna escasso e até mesmo ineficaz. Felizmente, não é o caso. Sobre Maria de Jesus, encontrou-se informações suficientes para ter subsídio de atuação. Através dessas informações, “[...] o assistente social analisa as condições socioeconômicas do usuário e atesta perante a instituição quais os usuários com prioridade para o acesso aos recursos” (TRINDADE, 2017, p. 82).

Ainda nessa demanda, recorreu-se ao uso do *encaminhamento*, isto é, um aspecto técnico que “[...] se materializa em um formulário assinado pelo assistente social em papel timbrado da instituição de origem, para que a tentativa de inserção e/ou expansão do acesso a serviços seja institucionalizada” (TRINDADE, 2017, p. 87). Ao encaminhar a sobrinha da usuária Maria de Jesus, foi conduzido “[...] um procedimento que compõe a ação de articulação interinstitucional para fins de acesso a serviços na perspectiva da garantia de direitos” (TRINDADE, 2017, p. 88). O *encaminhamento*, como aspecto técnico no serviço social, desempenha um papel fundamental na garantia de que os indivíduos e famílias tenham acesso aos recursos e serviços necessários, dentro da própria ou entre instituições, para enfrentar seus desafios e garantir seu acesso a direitos, pois – em tese – os usuários devem ter acesso aos recursos e serviços necessários para enfrentar seus desafios de maneira eficaz.

5. CONCLUSÃO

Iniciou-se o trabalho recorrendo a apresentação da divindade grega *Gueras*, que só tem existência quando relacionado aos seus dois irmãos: *Hipnos* (o deus do sono) e *Tânatos* (o deus da morte), devido à interconexão entre os conceitos que eles representam na mitologia grega. Veja. *Gueras* personifica a velhice, a decadência e o declínio físico que acompanham o avanço da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

idade. Ele representa o aspecto inevitável do tempo que leva ao envelhecimento e à deterioração do corpo humano. Esse conceito está intimamente ligado ao ciclo natural da vida, que inclui o sono (representado por *Hipnos*) e a morte (representada por *Tânatos*). O primeiro, o deus do sono, desempenha um papel importante no ciclo da vida, proporcionando renovação e descanso ao corpo e à mente. Enquanto *Gueras* simboliza o envelhecimento e a decadência, *Hipnos* representa a pausa e a restauração que ocorrem durante o sono. Assim, a relação entre *Gueras* e *Hipnos* destaca a dualidade entre o envelhecimento inevitável e a necessidade de descanso e rejuvenescimento. O segundo, o deus da morte, representa o fim da vida e a transição para o desconhecido. Enquanto *Gueras* simboliza o declínio físico que acompanha o envelhecimento, *Tânatos* representa o fim último desse ciclo, onde a vida cede lugar à morte. A relação entre *Gueras* e *Tânatos* enfatiza a inevitabilidade da morte como parte integrante do ciclo da vida, mas também como uma possibilidade de renovação e transformação. Portanto, a interconexão entre *Gueras*, *Hipnos* e *Tânatos*, na mitologia grega, reflete a compreensão dos antigos gregos sobre o ciclo da vida e a passagem do tempo. Essas divindades personificam diferentes aspectos desse ciclo – envelhecimento, descanso e morte – e destacam a interdependência e a coexistência desses conceitos fundamentais na experiência humana.

No trabalho, relatou-se a experiência de uma demanda que surgiu num plantão social do dia 15 de dezembro de 2023 numa unidade hospitalar do município de Juazeiro do Norte, CE. Essa demanda gerou dias de reflexão até se materializar neste texto. Como foi dito, a usuária Maria de Jesus foi a primeira e a última demandada que foi atendida. A história dela não é resumida ao dia 15. O que foi encontrado dia 15 é apenas os estágios finais de sete décadas de existência: envelhecimento, descanso e morte. Maria de Jesus atendeu a uma estatística produzida e gerenciada socialmente, devido ao modo de produção selvagem. Como explica Marx (2017, p. 705), “A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua”. Mais à frente, no mesmo capítulo, ele secciona esse exército em categorias, que para abreviar a citação, reproduzirá apenas a que se identifica com a usuária em estudo: “Em terceiro lugar, os degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. Trata-se especialmente de indivíduos que sucumbem por sua mobilidade, causada pela divisão do trabalho, daqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador” (MARX, 2017, p. 719).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Assumir-se-á que as três tarefas que este trabalho se propôs foram cumpridas, pois a) foi descrito a situação socioeconômica e familiar da usuária Maria de Jesus, que se encontrava em situação de vulnerabilidade, seu contexto familiar por causa das dificuldades enfrentadas pela família em prover seus cuidados adequados; b) foi analisado os impactos sociais do abandono familiar em sua vida, considerando a falta de suporte afetivo, material e de saúde, além do contexto de risco pessoal e social vivenciado pela família; e, por fim, c) foi documentado as etapas do atendimento da demanda da usuária para a rede socioassistencial, incluindo a articulação com órgãos públicos e a busca por acesso aos benefícios eventuais. Essas tarefas perfazem a condução do principal objetivo do trabalho que foi produzir um relato de experiência que evidencie os desafios enfrentados por idosos em situação de abandono familiar, visando sensibilizar e conscientizar a sociedade sobre a importância de garantir proteção e assistência adequada a essa parcela vulnerável da população.

Através do resultado e da análise da realidade foi apontado o quão importante é a capacitação do assistente social para prestar *ações profissionais* de qualidade. Além disso, foi refletido também como os instrumentais utilizados nessa demanda ajudaram a conduzir um atendimento que a resolvesse da melhor maneira possível. Lembrando que ainda permanece válida a observação feita por Trindade (2017, p. 89-90) de que “[...] ainda falta uma qualificação maior para esses registros, a exemplo da ficha social, do relatório, do prontuário, do parecer social e dos livros de ocorrência”, isso porque, “por vezes essa documentação se reduz a um cadastro com a identificação do usuário com fins meramente burocráticos, sem esquecer que ainda são encontradas nomenclaturas como anamnese social”, que numa nota de rodapé a autora lembra que essa nomenclatura é própria do Serviço Social de base conservadora.

Por fim, é importante dizer que mesmo que o tema da velhice seja refletido desde os primórdios da civilização ocidental, isso em nada se contrapõe ao fato de que esse tema deva continuar a ser debatido. Até porque, uma das ações governamentais prescrita na Política Nacional do Idoso é justamente: “[...] c) promover simpósios, seminários e encontros específicos; d) planejar, coordenar, supervisionar e financiar estudos, levantamentos, pesquisas e publicações sobre a situação social do idoso; e) promover a capacitação para atendimento ao idoso” (GALDINO, 2022, p. 377). E para que essas ações sejam feitas é vital a constante reflexão em relação ao tema.

6. REFERENCIAS



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

PIRES, M. F. C. **O materialismo histórico-dialético e a Educação**. Interface — Comunicação, Saúde, Educação, v.1, n.1, 1997.

GALDINO, Shellen. **Vade Mecum do/a assistente social**. João Pessoa: Solasta, 2022.

MARTINELLI, Maria Lúcia; LIMA, Neusa Cavalcante. Entrevista na História Oral: campo de mediações na intervenção e pesquisa. *In*: MARTINELLI, Maria Lúcia. *et. al.* (org.) **A História Oral na Pesquisa em Serviço Social: da palavra ao texto**. São Paulo: Cortez, 2019. p. 103-119

GOIS, Dalva Azevedo de; OLIVEIRA, Rita C. S. **Serviço Social na Justiça de Família: demandas do exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de Classes na Alemanha**. São Paulo: Boitempo, 2010.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011a.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011b.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais. *In*: DOS SANTOS, Cláudia Mônica; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. (org.) **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2017. p. 77-108

BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia grega**. V. I. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Boitempo Editorial, 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 jul. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**; Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.